



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPrensa Nacional de Moçambique, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 92/2024:

Regulamenta a Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, que aprova a Tabela Salarial Única (TSU), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro e pela Lei n.º 7/2023, de 9 de Junho e revoga todas as disposições do Decreto n.º 50/2022, de 14 de Outubro, e do Decreto n.º 29/2022, de 9 de Junho.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 92/2024

de 30 de Dezembro

Havendo necessidade de regulamentar a Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, que aprova a Tabela Salarial Única (TSU), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro e pela Lei n.º 7/2023, de 9 de Junho, e de clarificar o processo de enquadramento previsto no Decreto n.º 29/2022, de 9 de Maio, que aprova o procedimento a adoptar para enquadramento dos servidores públicos, titulares ou membros de órgãos públicos e dos titulares e membros da Administração da Justiça, na TSU, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 50/2022, de 14 de Outubro, ao abrigo do artigo 20 da Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

(Enquadramento na TSU)

Na TSU o enquadramento abrange:

- a) órgãos de Soberania, Órgãos de Governação Descentralizada e Autarquias Locais, Administração Indirecta do Estado (Institutos, Fundos e Fundações Públicas);

- b) Cargos de Direcção, Chefia e Confiança;
c) Funcionários e Agentes do Estado; e
d) Enquadramento Excepcional.

ARTIGO 2

(Enquadramento e remuneração na TSU)

1. Para os Titulares dos Órgãos de Soberania, Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e Autarquias locais, Administração Indirecta do Estado, fixa-se a remuneração do titular obtida aplicando a respectiva percentagem constante da Lei n.º 7/2023, de 9 de Junho, sobre o salário do Chefe de Estado, mantendo-se, porém, a estrutura, modalidade, periodicidade de pagamento e suplementos aplicáveis previstos no artigo 10 da Lei n.º 5/2022 e da Lei n.º 14/2022, em vigor nos respectivos regimentos e estatutos.

2. A remuneração do membro da Assembleia Provincial e Autárquica que não seja titular é o subsídio obtido aplicando o princípio do número 1 do presente artigo, acrescido de 5% de suplementos de representação para cobrir as despesas de transportes e de senha de presença.

3. Para os cargos de Direcção, Chefia e Confiança, o enquadramento deste grupo tem em conta:

- a) o salário base auferido antes da entrada em vigor da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2022 de 10 de Outubro, acrescido de 75%, designado Referência salarial mais o subsídio de chefia sobre a referência salarial; e
b) no caso de ser funcionário do Aparelho do Estado e do seu enquadramento resultar um nível superior ao da referência salarial da função recebe pelo nível resultante do enquadramento, mantendo o subsídio de gestão calculado nos termos atrás referidos.

4. Para Funcionários e Agentes do Estado, o enquadramento é feito somando a pontuação ponderada obtida em cada um dos 3 critérios: (i) carreira profissional, (ii) tempo de serviço na Administração Pública e (iii) tempo efectivo na carreira, nos termos dos Anexos I e II:

- a) para a obtenção da pontuação ponderada dos 3 critérios, constantes da coluna D do Anexo I, procede-se da seguinte maneira:
i. Carreira profissional deve-se identificar a carreira do funcionário ou agente do Estado a data da entrada em vigor da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2022 de 10 de Outubro, consultando as tabelas constantes dos Anexos I e II; e

- ii. Tempo de serviço na administração pública deve-se identificar o respectivo intervalo, Anexo I;
- b) o tempo de serviço na Administração Pública representa o período efectivo de trabalho do funcionário ou agente do Estado na Administração Pública;
- c) para efeitos de enquadramento na TSU, o tempo de serviço na Administração Pública é contado a partir da primeira vinculação do funcionário ou agente do Estado até a data da entrada em vigor da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro, excluindo o período de gozo de licenças ilimitada e registada;
- d) nos casos em que tiver transitado de agente para funcionário, por via de regularização, considera-se o tempo de serviço prestado ao Estado a partir da data em que passou a auferir remuneração suportada pelo Orçamento do Estado, excluindo qualquer outro período que não tenha sido remunerado pelo Orçamento do Estado;
- e) no caso de agente do Estado com contrato por tempo indeterminado, cuja remuneração é suportada pelo Orçamento do Estado, o enquadramento na TSU conta a partir da data que recebia remuneração pelo Orçamento do Estado;
- f) no processo da contagem de tempo de serviço na Administração Pública, exclui-se o período de licença ilimitada e registada e o correspondente ao da duração de sanções disciplinares, nomeadamente a expulsão e demissão, após o reingresso;
- g) tempo efectivo na carreira do funcionário ou agente do Estado deve-se identificar o respectivo intervalo, Anexo I;
- h) considera-se tempo efectivo na carreira actual o período em que o funcionário está enquadrado numa das carreiras de regime geral ou regime específico ou regime especial diferenciado e não diferenciado até a data da entrada em vigor da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro;
- i) para efeitos do número anterior considera-se o período a partir do qual o funcionário foi enquadrado por via de ingresso ou mudança de carreira;

- j) para os casos de carreiras que resultam de conversão, o tempo efectivo na carreira conta a partir da carreira de origem;
- k) da soma da pontuação ponderada dos 3 critérios obtém-se uma pontuação constante do Anexo III que indica o correspondente nível de enquadramento do funcionário ou agente do Estado na Tabela Salarial Única; e
- l) a pontuação ponderada referida na alínea b) pode ser arredondada por defeito quando as casas decimais estiverem abaixo de 0,5 e por excesso quando for igual ou superior a 0,5.

5. No caso da reavaliação de enquadramento do funcionário e agente do Estado, usando os critérios acima referidos resultar num nível inferior ao que o funcionário tiver sido enquadrado, mantém-se o nível superior e é tratado como nível de promoção ou progressão, se estiver no nível C ou B e A, respectivamente, sendo o nível inferior usado para enquadramento do respectivo qualificador profissional do sector ou órgão.

ARTIGO 3

(Irredutibilidade salarial)

1. No processo de enquadramento nos novos níveis salariais é salvaguardado o princípio da irredutibilidade salarial.

2. Para efeitos do disposto no número 1, do presente artigo é atribuído o subsídio de ajustamento da TSU, previsto na alínea l), do número 2 do artigo 10 da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro.

ARTIGO 4

(Enquadramento excepcional)

1. O enquadramento do funcionário e agente do Estado de órgão de administração indirecta do Estado cuja carreira não consta do Anexo II deste Decreto, é feito obedecendo o disposto no n.º 2 do presente artigo.

2. O nível de enquadramento do funcionário e agente do Estado referidos no número 1 deste artigo, corresponde ao valor obtido somando o respectivo salário base, bónus especial e demais suplementos permanentes antes da entrada em vigor da Lei n.º 5/2022, de 14 de Fevereiro, republicada pela Lei n.º 14/2022, de 10 de Outubro, subtraindo os suplementos permanentes previstos nesta Lei, conforme o exemplo seguinte:

Remuneração antes da TSU

Salário base	XXXX MT
Suplemento permanente (a) mensal (XXX%) (bónus especial)	XXXXXX MT XXXXXX MT
Suplemento permanente (b) mensal (XXX%)	XXXXXX MT
A-Salário Total Antes da TSU	XXXX MT

Suplementos permanentes previstos na TSU:

Suplemento permanente (a1) mensal (XX%)	XXXX MT
Suplemento permanente (b2) mensal (XX%)	XXXX MT
B= Somatório de a1 e b2	XXXX MT
C= (A-B) Nível Salarial na TSU	XXXX MT

3. Entende-se por salário base, o salário pago em cada estrutura de carreira sobre o qual incidiam os eventuais subsídios/suplementos.

ARTIGO 5

(Revogação)

São revogadas todas as disposições do Decreto n.º 50/2022, de 14 de Outubro, e do Decreto n.º 29/2022, de 9 de Junho, que contrariam o presente Decreto e o Decreto n.º 3/2023, de 9 de Fevereiro.

ARTIGO 6

(Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 19 de Dezembro de 2024.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Adriano Afonso Maleiane*.

Anexo I. Tabela dos critérios de enquadramento

Descrição	Peso Global (A)	Carreira		Pontos (B)	Pontuação Ponderada (D=A*B)	Peso Parcial
Carreira Profissional	55.00%	Auxiliares, Agentes e Operário		26.73	14.70	3%
		Assistente Técnico		32.18	17.70	4%
		Técnico		43.09	23.70	5%
		Técnico Profissional		54.00	29.70	6%
		Técnico Especializado		59.45	32.70	7%
		Técnico Superio N2		70.36	38.70	8%
		Tecnico Superior N1		86.73	47.70	10%
		Especialista		108.55	59.70	12%
	Subtotal 1			481	265	55%
Descrição	Peso Global (A)	Min	Max	Pontos (B)	Pontuação Ponderada (D=A*B)	Peso Parcial
Tempo Efectivo na Carreira	25.00%	0	5	29.56	7.39	3%
		6	10	33.63	8.41	3%
		11	15	37.70	9.43	3%
		16	20	41.78	10.44	4%
		21	25	45.85	11.46	4%
		26	30	49.93	12.48	4%
		31	35+	54.00	13.50	5%
	Subtotal 2			292.44	73.11	25%
Descrição	Peso Global (A)	Min	Max	Pontos (B)	Pontuação Ponderada (D=A*B)	Peso Parcial
Tempo de Serviço na Administração Pública	20.00%	0	5	29.56	5.91	2%
		6	10	33.63	6.73	2%
		11	15	37.70	7.54	3%
		16	20	41.78	8.36	3%
		21	25	45.85	9.17	3%
		26	30	49.93	9.99	3%
		31	35+	54.00	10.80	4%
	Subtotal 3			292.44	58.49	20%

Anexo II. Correspondências de Carreiras

Carreiras de Regime Geral								
Carreiras	Especialista	Técnico Superior N1	Técnico N2	Técnico Especializado	Técnico Profissional	Técnico	Assistente Técnico	Auxiliar
Diplomática	Embaixador	Conselheiro						
	Ministro Plenipotenciário	Primeiro Secretário						
	Ministro Conselheiro	Segundo Secretário						
		Terceiro Secretário						
Magistratura Judicial/	Juiz Desembargador	Juiz de Direito C						

[illegible]

SERNIC	Inspector de Investigação e Instrução Criminal Coordenador	Inspector de Investigação e Instrução Criminal de 2ª		Agente de Investigação e Instrução Criminal Principal	Agente de Investigação e Instrução Criminal de 2ª			
	Inspector de Investigação e Instrução Criminal Principal	Inspector de Investigação e Instrução Criminal de 3ª		Agente de Investigação e Instrução Criminal de 1ª	Agente de Investigação Operativa de 2ª			
	Inspector de Investigação e Instrução Criminal de 1ª	Inspector de Investigação Operativa de 2ª		Agente de Investigação Operativa Principal	Agente Técnico Criminalísti ca de 2ª			
	Inspector de Investigação Operativa Principal	Inspector de Investigação Operativa de 3ª		Agente de Investigação Operativa de 1ª	Agente de papiloscopi a de 2ª			

	Inspector de Investigação Operativa de 1ª	Especialista papiloscopia de 2ª		Agente Técnico Criminalístico a Principal	Técnico Criminalístico 2ª			
	Especialista papiloscopia Principal	Especialista papiloscopia de 3ª		Agente Técnico Criminalístico a de 1ª				
	Especialista papiloscopia de 1ª	Especialista Criminalística de 2ª		Agente papiloscopia Principal				
	Especialista Criminalística Principal	Especialista Criminalística de 3ª		Agente de papiloscopia de 1ª				
	Especialista criminalística de 1ª	Subinspector de Investigação e Instrução Criminal Principal		Técnico Criminalístico a Principal				

				Técnico Criminalística de 1ª					
				Subinspector de Investigação e Instrução Criminal de 1ª					
				Subinspector de Investigação e Instrução Criminal de 2ª					
				Subinspector de Investigação Operativa Principal					
				Subinspector de Investigação Operativa de 1ª					
				Subinspector de Investigação Operativa de 2ª					

Perito de Técnica Criminalística Principal	Perito de Técnica Criminalística de 1ª	Perito de Técnica Criminalística de 2ª	Perito de papiloscopia Principal	Perito de papiloscopia de 1ª

[illegible]

			Pedagógico N2	Pedagógico N3	Pedagógico N4			
		Docente N1	Docente N2	Docente N3	Docente N4	Docente N5		
Tributária	Assessor Tributário	Técnico Superior Tributário de 1ª Classe		Técnico Médio Tributário de 1ª Classe	Técnico Tributário de 1ª Classe	Auxiliar Tributário de 1ª Classe		
		Técnico Superior Tributário de 2ª Classe		Técnico Médio Tributário de 2ª Classe	Técnico Tributário de 2ª Classe	Auxiliar Tributário de 2ª Classe		
						Auxiliar Tributário de 3ª Classe		
Inspeção Geral de Finanças	Inspector Principal	Inspector de 1ª Classe		Inspector Técnico de				

	Inspector Assistente	Inspector de 2ª Classe		Finanças Principal					
		Inspector de 3ª Classe		Inspector Técnico de Finanças de 1ª Classe					
				Inspector Técnico de Finanças de 2ª Classe					
Inspeção Técnica Administrativa		Inspector Superior Administrativo "A"			Inspector Técnico Administrativo "A"				
		Inspector Superior Administrativo "B"			Inspector Técnico Administrativo "B"				

Inspeção de Actividades Económicas		Inspector Superior do Trabalho D							
		Inspector Superior do Trabalho E							
		Inspector Superior das Actividades Económicas							
		Inspector Superior das Actividades Económicas A							
		Inspector Superior das Actividades Económicas B							

									Arrais de tráfego Local	
Oficiais de Máquina/ Navegação / Rádio								Capitão	Primeiro Oficial de Máquina/ Piloto/ de Rádio	Terceiro Oficial de Máquina/ Piloto/ de Rádio
								Chefe de Máquinas	Segundo Oficial de Máquina/ Piloto/ de Rádio	Oficial Praticante de Maquina/Pi láto/de Rádio
Medicina Hospitalar (específico para Medicina Dentária)								Especialista Consultor em Oromaxilofacial		

	Especialista Assistente									
Médico de Saúde Pública	Especialista Consultor									
	Especialista Principal									
	Especialista Assistente									
Medicina Dentária Geral		Médico Dentista Geral Principal								
		Médico Dentista Geral de 1ª								
		Médico Dentista Geral Principal 2ª								

	Especialista de Saúde - Classe C	Técnico Superior de Saúde N1 - Classe C	Técnico Superior de Saúde N2 - Classe C	Técnico Especializado de Saúde - Classe C	Técnico de Saúde - Classe C		Assistent e Técnico de Saúde - Classe C	Auxiliar Técnico de Saúde - Classe C
		Técnico Superior de Saúde N1 - Classe E	Técnico Superior de Saúde N2- Classe E	Técnico Especializado de Saúde - Classe E	Técnico de Saúde - Classe E		Assistent e Técnico de Saúde - Classe E	Auxiliar Técnico de Saúde - Classe E

Anexo III: Tabela de pontuação ponderada global

Níveis salariais/ Promoção	Vencimento		
	Progressão		
	Escalão		
	C	B	A
21	88	89	90
20	85	86	87
19	82	83	84
18	79	80	81
17	76	77	78
16	73	74	75
15	70	71	72
14	67	68	69
13	64	65	66
12	61	62	63
11	58	59	60
10	55	56	57
9	52	53	54
8	49	50	51
7	46	47	48
6	43	44	45
5	40	41	42
4	37	38	39
3	34	35	36
2	31	32	33
1	28	29	30